

Comissão aprova o imposto para saúde

*Proposta original do senador Antonio Carlos Valadares recebe apoio da CCJ.
Emenda prevê o recolhimento de 0,25% de todas as operações financeiras*



O parecer de Ronaldo Cunha Lima (D) foi mantido pela CCJ

Emenda do petróleo, sem mudança, vai a plenário

O parecer do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), favorável à emenda constitucional que flexibiliza o monopólio do petróleo, foi mantido em sua forma original, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Por 13 votos contra quatro foram rejeitadas as três emendas apresentadas à matéria durante sua apreciação pelo plenário do Senado.

Uma das emendas, de autoria de Júnia Marise (PDT-MG), previa a decretação de uma lei complementar para regulamentar a flexibilização. O relator argumentou que o presidente Fernando Henrique Cardoso já havia firmado com os senadores compromisso nesse sentido. A emenda de flexibilização do monopólio do petróleo será votada agora no plenário do Senado.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou ontem o parecer do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) favorável à criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), destinada a financiar o serviço de saúde pública no país. Por 11 votos contra quatro foram rejeitadas as três emendas apresentadas e mantidos os termos da proposta original, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PP-SE).

A emenda constitucional aprovada prevê o recolhimento de 0,25% do valor de todas as operações financeiras, nos termos do extinto IPMF, em um período de dois anos. Os recursos arrecadados serão destinados exclusivamente ao financiamento da saúde.

A proposta de criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira vai ser votada agora no plenário do Senado e, caso aprovada, será encaminhada à apreciação da Câmara dos Deputados.

Senadores debatem luta no campo

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ouviu dois generais sobre os conflitos no campo. Senadores de vários partidos debateram o problema em plenário.
Páginas 2 e 3

NESTA EDIÇÃO

Comissão vê obras no Nordeste

Página 4

Veículos poderão ter "folha corrida"

Página 4



O segundo vice-presidente do Senado, Júlio Campos (PFL-MT), recebeu ontem o relatório das parlamentares brasileiras sobre a 4ª Conferência Mundial da Mulher, realizada em Pequim, de 4 a 15 de setembro. O relatório foi entregue pela senadora Emília Fernandes (PTB-RS), na presença de quase todas as 13 parlamentares que participaram do encontro. O senador Júlio Campos afirmou que o documento será de grande importância "para conduzir o Senado na votação das grandes leis de interesse da mulher".

O CAMPO EM DEBATE

Lavoura não pode pagar a conta do Real, alerta Lucena

O campo não pode continuar pagando a conta do Plano Real, nem fazer mais o papel de "âncora verde", viabilizando a estabilização da moeda às custas do rebaixamento dos preços dos produtos agrícolas.

A advertência foi feita pelo senador

Humberto Lucena (PMDB-PB), ao defender a urgente adoção de uma nova política agrícola de apoio ao produtor, para evitar o colapso do setor e suas desastrosas conseqüências econômicas e sociais, como o desabastecimen-



Humberto Lucena

to e o crescimento do movimento dos sem-terra.

O senador ressaltou, como ponto básico de uma verdadeira política agrícola, a necessidade de acabar com a abertura de mercado, e subsidiar a agricultura, como fazem todos os países industrializados.

Lucena assinalou também a necessidade de serem levadas em conta as diferenças regionais, criando-se mecanismos de auxílio aos estados mais pobres.

"Hoje, cerca de sete milhões de trabalhadores rurais não re-

cebem renda alguma, ou, no máximo, 50 dólares mensais. As movimentações dos sem-terra, quer se queira ou não, têm af a sua raiz", afirmou.

Lucena apoiou a criação de um fundo de recursos fiscais para sustentar a agricultura, e refinar as dívidas do setor, em caso de frustração de safra, e a proposta de securitização das dívidas dos agricultores.

O pronunciamento de Lucena foi aparteado pelos senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Ney Suassuna (PMDB-PB), Carlos Patrocínio (PFL-TO), Levy Dias (PPR-MS) e Josaphat Marinho (PFL-BA).



Eduardo Suplicy

Suplicy confia em Grazziano no Incra

A posse do novo presidente do Incra, Francisco Grazziano, foi saudada ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), para quem a indicação significa uma nova postura do governo frente à reforma agrária. "Grazziano desenvolveu sua consciência social e está preparado tecnicamente para o Incra", enfatizou.

O líder do PT sugeriu à Mesa do Senado que mantenha contato com o Incra através do sistema Sifai para que os senadores possam dispor de informações sobre famílias assentadas por estado, metas programadas e realizadas e custos previstos e efetivados entre 1995 e 1996.

Eduardo Suplicy informou sobre audiência realizada na última terça-feira com o secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge, que garantiu o desconhecimento do governo de qualquer documento que comprove infiltração de terroristas do "Sendero Luminoso" no movimento dos sem-terra.

Solução para conflito é Justiça Agrária, garante Jucá

A instituição da Justiça Agrária foi apontada ontem pelo senador Romero Jucá (PFL-RR) como um dos principais instrumentos para dar solução aos confrontos sangrentos entre os sem-terra e fazendeiros. O senador apelou por uma apreciação mais rápida da questão pelo Congresso Nacional.

"Cansado da meia-sola, o país clama por uma bota nova e mais confortável para o campo. E essa bota há de ser a implantação urgente e inadiável de uma estrutura técnica compatível, sem a qual a monótona e

repetitiva adoção de planos nacionais e regionais de reforma agrária continuará apenas como alimentadora de desilusões e fomento da violência", alertou o senador.

Autor de proposta de emenda à Constituição que institui a Justiça Agrária, Romero Jucá lembrou que a exposição de motivos do Estatuto da Terra, criado em 1964, já fazia referência às graves distorções na estrutura



Romero Jucá

agrária do Brasil e à necessidade de promover o desenvolvimento rural.

"Até hoje carecemos de uma verdadeira política agrícola, não demos organicidade às relações jurídicas, sociais e econômicas relativas à propriedade rural e, via de conseqüência, tampouco conseguimos quebrar as resistências oligopolistas que se opõem à reforma agrária", afirmou Jucá.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado
COMISSÕES

11h - Comissão Especial de Obras Inacabadas embarca de Natal para Fortaleza.

PREVISÃO DOS TRABALHOS DAS COMISSÕES PARA A PRÓXIMA SEMANA

Segunda-feira (02.10.95)

14h - CPI da Mineração

Pauta: Reunião de trabalho. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

Terça-feira (03.10.95)

14h - Comissão de Rádio e TV

Pauta: Debate com o escritor Dias Gomes. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão do Vale do São Francisco

Pauta: Exposição do presidente da Agência de Desenvolvimento Tietê - Paraná, Wilson Quintela. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho. Quinta-feira (05.10.95)

17h - Comissão do Vale do São Francisco

Pauta: Apreciação e votação do 2º relatório parcial dos trabalhos da comissão. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

O CAMPO EM DEBATE

Sessão secreta discute problema dos sem-terra



Antonio Carlos preside sessão em que CRE ouve militares

O debate em sessão secreta entre os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e os generais Alberto Cardoso, Chefe da Casa Militar da presidência da República, e Cláudio Barbosa Figueiredo, chefe do Centro de Informações do Exército (Ciex), teve como objetivo inicial permitir aos senadores formar uma visão de conjunto da questão fundiária e dos problemas dos trabalhadores sem-terra.

O esclarecimento foi prestado pelo presidente da Comissão, se-

gador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). No entender de ACM, não basta trocar o presidente do Inera para resolver um problema tão amplo e profundo como este dos conflitos de terras no país. A questão é estrutural, acrescentou.

O senador manifestou esperança de que o trabalho do governo, juntamente com a ação do Congresso e a colaboração da sociedade, permita reduzir as tensões no campo e encaminhar soluções para os problemas, "respeitando-se a propriedade".

Marina espera que governo apresse reforma

O fato de o presidente da República ter assumido a condução do processo de reforma agrária, nomeando para o cargo de presidente do Inera o engenheiro agrônomo Francisco Grazziano, do gabinete pessoal de Fernando Henrique Cardoso, significa para a senadora Marina Silva (PT-AC) "que o Brasil saberá dar uma solução honrosa para o problema dos sem-terra e para a violência no campo".

Marina previu que a base parlamentar do governo no Congresso estará apoiando uma solução definitiva para a reforma agrária. "O Congresso hoje é quase unanimidade em relação à reforma", ressaltou, conclamando o governo a sair da retórica para a ação, "ocupando a terra com quem precisa produzir para sobreviver".

A senadora criticou a falta de determinação do governo para cumprir as metas para a reforma. "Soube que o ministro José Serra diminuiu os recursos destinados a assentamentos entre 1995 e 1996", protestou.

Benedita elogia decisão de FHC sobre reforma agrária

Embora lamentando o sangue já derramado nos conflitos fundiários, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) elogiou ontem o presidente Fernando Henrique Cardoso por avocar a si a responsabilidade pela realização da reforma agrária. Para ela, esse é o fato que importa na decisão de colocar Francisco Grazziano, pessoa de inteira confiança do presidente da República, na presidência do Inera. Benedita reiterou que o problema da posse da terra no país não é ideológico e refutou as acusações de que seu partido esteja promovendo invasões no campo.

Outro fator positivo na decisão presidencial, na opinião da senadora, é que fica dependendo da vontade política e da iniciativa do governo o futuro da reforma agrária, que "não pode esperar por ajustes legais".

Segundo Benedita da Silva, as chamadas invasões são "ocupações de espaço por pessoas necessitadas" devido à ausência do poder público. Elas não justificam a "execução geral" que estaria sendo promovida contra os movimentos dos sem-terra. O senador Romero Jucá (PFL-RR) registrou seu apoio e afirmou

que, independentemente da questão legal envolvendo as ocupações, é impossível concordar com a violência contra pessoas carentes.

DOAÇÃO

Foi por considerar que o país será pacificado se a terra for distribuída com mais equidade que o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), em aparte, lembrou que tramita projeto de sua autoria estabelecendo a doação de 3% das propriedades com mais de 200 hectares, inclusive e prioritariamente as da Igreja.

Já para o senador Osmar Dias (PSDB-PR), a responsabilidade pela reforma agrária é extensiva ao Congresso Nacional. Com a atual legislação, a seu ver, nenhum governo terá condição de cumprir qualquer meta.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também justificou a ocupação de terras improdutivas como ação de legítima defesa da própria vida. Para o senador Valmir Campelo (PTB-DF), o movimento dos sem-terra coordena as ocupações de tal forma que elas já seriam uma verdadeira "indústria de invasões rurais".



Roberto Freire

Roberto Freire prega mediação de conflitos

Deslocar a mediação dos conflitos agrários da "porteira da fazenda" para a "porta do Inera" foi uma das sugestões apresentadas ontem pelo senador Roberto Freire (PPS-PE) ao presidente da República. "Na 'porteira da fazenda', essa interlocução baseia-se na boca dos fuzis, enquanto que na 'porta do Inera' tem que se basear no cumprimento da lei e no respeito à cidadania", analisou o senador.

Para Roberto Freire, o presidente Fernando Henrique Cardoso já deu o primeiro passo mudando a direção do Inera, conforme vinha sendo reivindicado pelas organizações dos trabalhadores rurais. O senador defendeu ainda a desvinculação do órgão executor da reforma agrária do Ministério da Agricultura.



Benedita da Silva

Droga apreendida poderá ser usada na fabricação de remédios

Projeto aprovado pelo Senado prevê a obrigatoriedade de comunicação à Saúde de qualquer apreensão de entorpecente

O Senado aprovou ontem projeto de lei, que ainda deve ser submetido à Câmara, determinando às autoridades policiais a comunicação ao Ministério da Saúde ou às secretarias estaduais de Saúde de qualquer apreensão de entorpecentes. Caberá ao Ministério ou às secretarias decidir se a droga pode ser aproveitada na produção de medicamentos, o que evitará seu incineramen-

to.

Conforme o projeto, quando se tratar de plantação ou de grandes quantidades que tornem difícil o seu transporte, o material poderá ser destruído, depois de recolhida parte para exame pericial. A droga que possuir utilidade terapêutica será encaminhada ao órgão competente do Ministério ou das secretarias - no caso federal, existem vários

institutos que produzem medicamentos.

Os senadores também aprovaram projeto, que agora irá à sanção do presidente da República, que altera a legislação que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia. Antes, o Conselho Federal só possuía 12 membros e, com a mudança, passará a contar com o mesmo número dos conselhos regionais.



Romeu Tuma

Automóveis poderão ter "folha corrida"

A alienação de automóveis somente valerá após a inscrição do ato no Registro Nacional de Propriedade de Veículo Automotor, e os veículos terão uma folha corrida que os acompanhará desde a sua fabricação até a completa inutilização. É o que propôs o senador Romeu Tuma (SP), em projeto que visa adequar a legislação existente às exigências da realidade brasileira.

Segundo Romeu Tuma, ao autorizar tanto o adquirente quanto o proprietário a promoverem o registro da transação, o novo disciplinamento permitirá a pronta identificação do dono do carro, dando fim às controvérsias geradas quanto à escolha do demandado no caso de dano provocado pelo veículo.

A folha corrida ensinará também que se possa avaliar com clareza a vida útil do bem, com a anotação de dados que mostrem por onde passou, o ônus que portou ou ainda porta, as locações e até os acidentes em que esteve envolvido.

"As medidas propostas protegem à comunidade. O comércio intenso está a exigir providências", disse Tuma.

Mauro preside grupo parlamentar

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) anunciou ontem sua eleição para a presidência do Grupo Parlamentar Brasil-Romênia no último dia 12. A entidade tem por objetivo fortalecer a cooperação interparlamentar entre os dois países e foi constituída por projeto de resolução de autoria do próprio parlamentar, quando deputado, em 1984.

Fim da equalização preocupa Jucá

O senador Romero Jucá (PFL-RR) apelou ao ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, para que a intenção de acabar com a equalização dos preços de combustíveis não atinja a Amazônia. A distância dos centros de produção implicará preços insustentáveis, disse, e imporá o subdesenvolvimento como destino da região.

Comissão inspeciona obras inacabadas no Nordeste

A Comissão Especial de Obras Inacabadas iniciou ontem sua visita aos estados do Nordeste, com a vistoria de obras paralisadas em Aracaju (SE) e João Pessoa (PB).

A comitiva, composta pelos senadores Carlos Wilson (PSDB-PE), presidente, Casildo Maldaner (PMDB-SC), re-

lator, e Arlindo Porto (PTB-MG), segue hoje para Natal (RN) e Fortaleza (CE).

O governador de Sergipe, Albano Franco, informou à Comissão que no seu estado há 11 projetos federais interrompidos, havendo necessidade de R\$174 milhões para sua conclusão.

Legalização de jogos elimina foco de corrupção no país, diz Amorim

A legalização dos jogos de azar foi defendida pelo senador Ernandes Amorim (RO), que pediu aos parlamentares rapidez no exame de projeto de sua autoria sobre o assunto. O senador entende que a medida contribuirá para reduzir um dos principais focos de corrupção do país e trará aumento da ar-



Ernandes Amorim

recadação de impostos, o desenvolvimento do turismo e a geração de milhares de empregos.

"O que não pode continuar a ocorrer é a prática clandestina dos jogos, que sonega impostos à nação e gera lucros que não beneficiam a sociedade como um todo", disse Amorim.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** - Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** - José do Carmo Andrade ■ **Editores** - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos** - Cêlio Azevedo e Márcia Kalume ■ **Revisão:** Maria das Graças Aureliano ■ **Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**